



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0329967-8

COMARCA: 4ª VARA CÍVEL DE CARUARU

APELANTE: JOÃO BEZERRA DOS SANTOS

APELADO: GRATÍCIA PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C DANOS MORAIS – REPETIÇÃO DE INDÉBITO – NÃO COMPROVAÇÃO DO FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO – NÃO COMPROVAÇÃO DO PROTESTO – DESCABIMENTO DA PRETENSÃO INDENIZATÓRIA A TÍTULO DE DANOS MORAIS – SIMPLES NOTIFICAÇÃO – MERO ABORRECIMENTO - APELO DESPROVIDO – SENTENÇA PRESERVADA - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 0329967-8**, em que figuram como Apelante **JOÃO BEZERRA DOS SANTOS** e como Apelado **GRATÍCIA PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: "**Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso, nos termos dos votos da turma**". Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 12 de Junho de 2014.


Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

162
digo 1
171

APELAÇÃO CÍVEL: 0329967-8

APELANTE: JOÃO BEZERRA DOS SANTOS

ADV: TERESA MENDES SANTANA TABOSA PE011195

APELADO: GRATÍCIA PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

ADV: MARCUS HERONYDES BATISTA MELLO PE014647

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuida-se de Ação de Repetição de Indébito c/c Indenização por Danos Morais.

Sentença Recorrida: A Decisão de fls. 136/143, com fulcro no art. 269, I, do CPC, julgou improcedentes os pedidos da exordial. Condenou o autor, ora apelante, a arcar com os honorários advocatícios, fixados em R\$ 1.000,00 (um mil reais), nos moldes do art. 20, §4º, do CPC. Com esteio no art. 12, da Lei nº 1.060/1950, suspendendo a exigibilidade da condenação pela verba sucumbencial.

Objeto: Apelação com pedido de reforma total da sentença hostilizada (fls. 146/155).

Razões recursais: Argumenta acerca da confissão da apelada no tocante à realização do protesto da duplicata, apesar de o débito em questão ter restado devidamente adimplido. Objetiva a condenação da apelante a título de danos morais, nos moldes delineados na inicial.

Contra-razões à Apelação: Às fls. 159/163, pugnando pelo desprovemento do apelo e pela manutenção da sentença.

É o que importa relatar.

À Douta Revisão.

Recife, 11 de abril de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL: 0329967-8

APELANTE: JOÃO BEZERRA DOS SANTOS

ADV: TERESA MENDES SANTANA TABOSA PE011195

APELADO: GRATÍCIA PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

ADV: MARCUS HERONYDES BATISTA MELLO PE014647

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

Em que pese os argumentos deduzidos em sede recursal, não merece reforma a sentença de primeiro grau.

Conforme bem assinalado no *decisum*, a pretensão de repetição de indébito não merece ser reconhecida, uma vez que a parte autora não trouxe aos autos elementos que comprovassem o seu direito:

"... o pedido de repetição de indébito não deve proceder, porquanto o Suplicante deixou de provar o fato constitutivo, qual seja, o pagamento indevido; na espécie, houve cobrança sem que haja elementos probatórios a revelar o pagamento em duplicidade, fato este que enseja a rejeição da pretensão."

De igual forma, entendo que não houve comprovação de que o protesto apontado em nome da autora teria sido levado a efeito, o que afasta o cabimento da pretensão indenizatória a título de danos morais. Cabe esclarecer que o documento trazido à fl. 12 dos autos, trata-se de mera intimação para a parte autora/apelante proceder com o pagamento do débito, não servindo como prova da efetivação do protesto.

A simples notificação referente à possibilidade de protesto, sem a efetivação do ato abusivo do cadastramento, constitui mero aborrecimento, por não importar em significativo dano à psique do demandante, e não enseja indenização por danos morais.

No mesmo sentido:

APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - BOLETO BANCÁRIO - DÍVIDA QUITADA - INTIMAÇÃO DE CARTÓRIO PARA PAGAMENTO - PROTESTO NÃO EFETIVADO - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO - MERO ABORRECIMENTO - ABALO MORAL INEXISTENTE - DEVER DE INDENIZAR AFASTADO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - MAJORAÇÃO DEVIDA - RECURSOS DESPROVIDO E PROVIDO O DA RÉ. Não configura dano moral o mero aborrecimento decorrente da intimação enviada por cartório para quitação de débito. Na fixação dos



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

honorários advocatícios, consoante entendimento doutrinário e jurisprudencial, o magistrado deverá avaliar, efetivamente, o trabalho realizado pelo advogado, considerando o grau de zelo profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa e o tempo exigido para seu serviço. (TJ-SC - AC: 379054 SC 2007.037905-4, Relator: Fernando Carioni, Data de Julgamento: 28/11/2007, Terceira Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Apelação Cível n. , da Capital / Estreito)

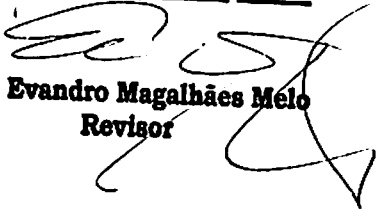
Assim, por conta dessa soma de razões, **VOTO PARA NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO,** mantendo-se incólume a sentença vergastada.

É COMO VOTO.

— Recife, 27/05/2014.
J. C. Patriota Malta

Revistos, peço pauta.

Recife, 02/05/2014


Des. Evandro Magalhães Melo
Revisor